

AGENDA

LUPATECH S.A.
CNPJ/MF 89.463.822/0001-12
NIRE 433.000.285.34
Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 15 de setembro de 2006

1. Data, Hora e Local

No dia 15 de setembro de 2006, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Dalton Lahm dos Reis, 201 na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Convocação e Presenças

Dispensadas as formalidades para convocação, em decorrência da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração..

3. Mesa

Presidente - Nestor Perini
Secretário - Thiago Alonso de Oliveira

4. Ordem do Dia

Deliberar sobre (i) a aprovação do Programa de Distribuição Pública de Debêntures (“Programa”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), ficando a Diretoria da Companhia autorizada a (A) tomar todas as medidas cabíveis para efetivar o Programa incluindo, mas não se limitando, a prática dos atos necessários ao arquivamento do Programa perante a CVM, e (B) negociar e celebrar os documentos necessários ao referido arquivamento; (ii) a aprovação da oferta de distribuição pública, pela Companhia, da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e (iii) os termos e condições da distribuição pública da 1ª emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal”), em série única

DEBÊNTURES

(“Debêntures”), no montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), observada a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures a serem ofertadas conforme disposto nos artigos 14, §2º e 24 da Instrução CVM 400, a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação (“1ª Emissão” ou “Emissão”), nos termos do §1º do artigo 59 da Lei nº. 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e do artigo 23, IX do Estatuto Social.

5. Deliberações

(i) Foi aprovado, pela unanimidade dos presentes, o Programa de Distribuição Pública de Debêntures (“Programa”), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), ficando a Diretoria da Companhia autorizada a (A) tomar todas as medidas cabíveis para efetivar o Programa incluindo, mas não se limitando, a prática dos atos necessários ao arquivamento do Programa perante a CVM, e (B) negociar e celebrar os documentos necessários ao referido arquivamento;

(ii) Foi aprovado, pela unanimidade dos presentes, a oferta de distribuição pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, da 1ª Emissão da Companhia; e

(iii) Com base no §1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 23, IX, do Estatuto Social, os Srs. Conselheiros aprovaram pela unanimidade dos presentes os seguintes termos e condições da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia:

- A. Quantidade e Séries. Serão emitidas 20.000 Debêntures, em série única.
- B. Montante Total. O montante total da 1ª Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.
- C. Debêntures Adicionais. A quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Companhia e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos da Escritura de Emissão, ser aumentada até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas (“Debêntures Adicionais”), conforme previsto no artigo 14, § 2º da Lei das Sociedades por Ações. O preço de

TERMO

subscrição das Debêntures Adicionais, se for o caso, será o preço de subscrição das Debêntures.

- D. Debêntures do Lote Suplementar. Os Coordenadores terão a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da 1ª Emissão, nas mesmas condições e preço constantes da Escritura de Emissão, até um montante que não exceda a 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas (“Debêntures do Lote Suplementar”), conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400. Companhia
- E. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2006 (“Data de Emissão”).
- F. Conversibilidade, Espécie e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia nem preferência) e terão a forma nominativa e escritural.
- G. Certificados. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures.
- H. Prazo e Data de Vencimento. O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de setembro de 2011 (“Data de Vencimento”).
- I. Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, conforme definida abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, podendo ser negociadas no mercado secundário desde que totalmente integralizadas.
- J. Remuneração das Debêntures. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada período de capitalização. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding*, a ser conduzido pelos Coordenadores para verificação, junto a investidores, da demanda pelas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, observada a taxa máxima de 105,0% (cento e cinco por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” -

DEBÊNTURES

Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, conforme definido abaixo, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”).

- K. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.
- L. Amortização e Pagamento do Principal. As Debêntures serão amortizadas em 6 (seis) parcelas iguais, semestrais e sucessivas a partir do final do 30º (trigésimo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão.
- M. Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa. Não haverá resgate antecipado das Debêntures. A CompanhiaCompanhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.
- N. Vencimento Antecipado. Serão consideradas causas de vencimento antecipado das Debêntures, exigindo o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração:
- a) propositura, pela CompanhiaCompanhia de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela CompanhiaCompanhia, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
 - b) transformação, liquidação, dissolução, pedido de falência (não sustado no prazo legal) ou decretação de falência ou auto-falência da CompanhiaCompanhia e/ou de suas controladas;
 - c) protestos de títulos contra a CompanhiaCompanhia, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 10 (dez) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de assinatura do Instrumento Particular de Colocação de 20.000 Debêntures, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária, em Série Única sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da

ANEXOS

- 1ª Emissão da Lupatech S.A. (“Contrato de Distribuição”), pelo IGP-M, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela CompanhiaCompanhia;
- d) falta de pagamento da Remuneração e das Amortizações pela CompanhiaCompanhia;
 - e) falta de cumprimento, pela CompanhiaCompanhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - f) o inadimplemento ou o vencimento antecipado de qualquer dívida financeira, em ambos os casos cujo valor unitário seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, pelo IGP-M, ou valor correspondente em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento;
 - g) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a CompanhiaCompanhia, em valor unitário ou agregado superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou valor correspondente em outras moedas no prazo de até 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento;
 - h) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da CompanhiaCompanhia que modifique substancialmente as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente;
 - i) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a CompanhiaCompanhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, no Contrato de Distribuição, e/ou nos demais documentos da Emissão;
 - j) as declarações e garantias prestadas pela CompanhiaCompanhia em qualquer documento relativo à Emissão forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas; e
 - k) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente por auditores independentes da CompanhiaCompanhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CompanhiaCompanhia relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e os trimestres então findos, atualizados, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
- a) Dívida Líquida / EBITDA \leq 2,5,

ANEXOS

onde:

Dívida = todas as dívidas bancárias da Companhia, incluindo (i) empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), (ii) dívida com as Debêntures e (iii) mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Companhia.

Dívida Líquida = Dívida (-) caixa, bancos e aplicações financeiras; e

EBITDA = lucro (prejuízo) operacional (+) depreciação e amortização (-) receitas e despesas financeiras.

Caso o cálculo deste índice seja feito com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o EBITDA deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses.

b) $EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas \geq X$, sendo X igual a (i) 1,5 nos 30 primeiros meses a contar da Data da Emissão, (ii) 1,75 do 31º ao 42º mês a contar da Data da Emissão e (iii) 2,0 do 43º ao 60º mês a contar da Data da Emissão,

onde:

“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras relativas a um período de 12 (doze) meses, efetivamente desembolsadas pela Companhia, líquidas de receitas de aplicações financeiras obtidas no mesmo período, definidas como (i) juros relativos a dívidas bancárias (incluindo juros devidos ao BNDES e a agências multilaterais), (ii) parcela da variação monetária e cambial de juros e principal de dívidas, (iii) juros pagos às Debêntures e (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Companhia.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (b), (c), (d), (g) e (j) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (a), (e), (f), (h), (i) e (k) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

DEBÊNTURES

- O. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, inclusive os encargos moratórios, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido.
- P. Local do Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND para as Debêntures registradas em negociação nesse sistema e/ou pela CBLC, para as Debêntures registradas para negociação no BOVESPA FIX; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND e/ou na CBLC, (ii) na sede da Companhia; ou, conforme o caso, (iii) por instituição financeira contratada para este fim.
- Q. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Companhia, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.
- R. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- S. Não Comparecimento do Debenturista. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia nas datas previstas na escritura de emissão, no prospecto da Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, inclusive no comunicado previsto na cláusula “O” acima, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

- T. Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP.

As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso sejam objeto de distribuição pública, serão distribuídas sob o regime de melhores esforços. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 1ª Emissão, com expressa anuência da Companhia, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e demais administradores de recursos de terceiros.

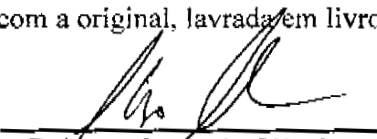
- U. Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão de Debêntures serão destinados ao aumento da liquidez da Companhia e a eventuais aquisições de outras companhias e investimentos.


Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e banco escriturador, a agência de classificação de risco, o auditor independente para emissão de carta de conforto entre outros, podendo, ainda, celebrar a escritura de emissão das Debêntures, o contrato de colocação e os demais contratos relativos ao Programa e à 1ª Emissão, bem como praticar todos os atos necessários à realização da 1ª Emissão.

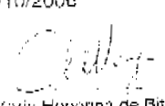
6. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Caxias do Sul, 15 de setembro de 2006. Presidente: Nestor Perini; Secretário: Thiago Alonso de Oliveira. Conselheiros: Nestor Perini, Clóvis Benoni Meurer, Márcio Tabatchnik Trigueiro, Nicholas Arthur Jacques Wollak, Marcelo Cabrera da Costa (Suplente), José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha e Erino Tonon.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.


Thiago Alonso de Oliveira
Secretário

 JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/10/2006
SOB Nº: 2752216
Protocolo: 06/168735-9
Empresa: 43 3 0002853 4
LUPATECH S.A.


Maria Honória de Bittencourt Souza
SECRETÁRIA-GERAL